



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: Universidade Estadual de Campinas

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Comprovantes de pagamento de ressarcimentos de convênios. Dever de divulgação de dados, documentos ou informações custodiadas pelos entes públicos. Indicação do órgão competente para resposta. Provimento recursal, condicionado à detenção dos documentos, com possibilidade de consulta direta.

DECISÃO OGE/LAI nº 013/2018

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à UNICAMP, número SIC em epígrafe, para acesso a comprovantes de pagamento de taxas de ressarcimento relativos a convênios e contratos.
2. Em resposta, informou que a Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP (FUNCAMP) é a competente para ofertar resposta. Ante recurso, a resposta foi mantida, informando-se ainda que, com exceção de um convênio, os demais não possuem recursos com origem pública. Insatisfeito, o solicitante apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. No caso concreto em análise, discute-se o acesso a comprovantes de pagamentos relativos a avenças firmadas com ente público estadual.
4. Vale recordar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, buscando assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
5. Nesse sentido, de rigor a procedência da demanda caso a Universidade possua os documentos solicitados – comprovantes de ressarcimento – bem como se as avenças firmadas tenham sido custeadas com verbas públicas, garantindo-se a aplicação da regra geral da publicidade nestes casos, decorrente do artigo 37 da Constituição da República.

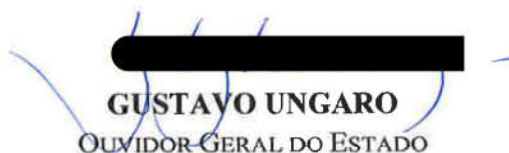
5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Vale ainda recordar a possibilidade, aberta pela Lei de Acesso à Informação, para facultar consulta direta, pelo interessado, de documentos públicos, bastando disponibilizar meios, comunicando-se local e modo para tanto, de forma a atender integralmente à sistemática da Lei de Acesso à Informação, para o demandante realizar, diretamente, pesquisa junto aos expedientes pertinentes, de modo a obter as informações a que pretende ter acesso, preservando-se eventuais informações pessoais sensíveis ou protegidas por específica previsão legal, caso esteja presente alguma das restritas exceções à regra geral da transparência, conforme previsão do artigo 11, §1º, inciso I, e 3º, da Lei nº 12.527/2011.
7. Diante do exposto, **conheço do recurso e, no mérito, dou-lhe provimento**, desde que existentes os comprovantes almejados e sob custódia do ente público demandado, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei de Acesso à Informação, e artigo 20, I, do Decreto n. 58.052/2012, **recomendando-se** à UNICAMP, nos termos do §2º daquele artigo, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 19 de janeiro de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL